

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

SOL Serra do Mel I SPE S.A.



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas	11
1 Contexto e mudanças significativas	11
1.1 Informações gerais.....	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	12
2 Principais informações financeiras	12
2.1 Resultado do exercício.....	12
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	18
2.4 Patrimônio líquido	21
3 Estimativas críticas e riscos	22
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	22
3.2 Gestão de riscos	22
3.3 Risco regulatório	22
3.4 Risco de liquidez	23
4 Outras informações	23
4.1 Contingências	23
4.2 Transações com partes relacionadas	23
4.3 Seguros.....	25
5 Principais práticas contábeis adotadas	25
5.1 Caixa e equivalentes de caixa	25
5.2 Imobilizado	25
5.3 Intangível	26
5.4 Redução ao valor recuperável (" <i>impairment</i> ").....	27
5.5 Empréstimos e financiamentos	28
5.6 Provisões	28
5.7 Tributação	28
5.8 Outros ativos e passivos	29
5.9 Reconhecimento de receita	29
5.10 Instrumentos financeiros	30
5.11 Passivo de arrendamentos	30
5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente	30
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	31

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Sol Serra do Mel I SPE S.A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol Serra do Mel I SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Serra do Mel I SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(14.956)	(4.138)
Ajustes por			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(2.160)	(1.299)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	15.837	15.011
Ajuste a valor presente		12	10
Depreciações e amortizações	2.1.2	22.197	22.234
Provisão para contingências		104	-
Aumento / diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	2.2.4	(134)	(308)
Outros ativos		1.123	98
Fornecedores	2.2.5	(1.023)	4.739
Obrigações fiscais e trabalhistas		(1.325)	57
Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	224	605
Recursos gerados provenientes das atividades operacionais		19.899	37.009
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.810)	(3.022)
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(16.276)	(17.130)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		1.813	16.857
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(286)	(573)
Aquisições de imobilizado		(3)	(11.725)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		(289)	(12.298)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos - pagamento	2.2.6	(12.251)	(12.172)
Empréstimos, financiamentos e mútuos - custo de transação pagamento		-	676
Pagamento de arrendamentos	2.2.7	(410)	(166)
Pagamento de dividendos		-	(3.162)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumido nas atividades de financiamento		(12.661)	(14.824)
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(11.137)	(10.265)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	13.931	24.196
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(11.137)	(10.265)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	2.794	13.931
Transações que não afetam o caixa			
Registro de arrendamento e direito de uso		318	(47)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.1.1	61.535	67.905
Custos operacionais	2.1.2	(53.729)	(53.821)
Resultado bruto		7.806	14.084
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(3.830)	(3.125)
Lucro operacional		3.976	10.959
Despesas financeiras		(21.547)	(18.115)
Receitas financeiras		2.615	3.018
Resultado financeiro	2.1.3	(18.932)	(15.097)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(14.956)	(4.138)
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2.856)	(4.175)
Prejuízo do exercício		(17.812)	(8.313)
Prejuízo por ação		(0,05)	(0,02)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(17.812)</u>	<u>(8.313)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(17.812)</u>	<u>(8.313)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Serra do Mel I SPE S.A.
Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	2.794	13.931	Fornecedores	2.2.5	24.886	25.909
Contas a receber	2.2.4	6.994	6.860	Empréstimos e financiamentos CP	2.2.6	17.037	16.773
Outros ativos		1.027	2.150	Obrigações fiscais e trabalhistas		2.793	2.933
Total do ativo circulante		10.815	22.941	Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	1.943	1.719
				Arrendamentos	2.2.7	162	259
				Total do passivo circulante		46.821	47.593
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	18.026	15.580	Empréstimos e financiamentos LP	2.2.6	238.522	251.591
Imobilizado	2.3.1	592.769	614.452	Obrigações pela desativação de ativos		136	125
Intangível	2.3.2	9.739	10.289	Arrendamentos	2.2.7	1.789	2.164
Total do ativo não circulante		620.534	640.321	Provisão para contingências	4.1	104	-
				Total do passivo não circulante		240.551	253.880
				Total do passivo		287.372	301.473
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		376.445	376.445
				Prejuízos acumulados		(32.468)	(14.656)
				Total do patrimônio líquido		343.977	361.789
Total do ativo		631.349	663.262	Total do passivo e patrimônio líquido		631.349	663.262

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	376.445	(6.343)	370.102
Prejuízo do exercício	-	(8.313)	(8.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	376.445	(14.656)	361.789
Prejuízo do exercício	-	(17.812)	(17.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	376.445	(32.468)	343.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A SOL Serra do Mel I SPE S.A., constituída em 20 de dezembro de 2019, é uma Companhia por ações de capital fechado com propósito específico, com sede no Lote 01, Vila Ceará, Zona Rural, CEP 59.663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque solar denominado “UFV Serra do Mel I”, com potência instalada de 100 (cem) MW.

Autorização do Parque Solar SOL Serra do Mel I SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 130 de 27 de março de 2020 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Serra do Mel I, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, com 60.000 kW de capacidade instalada e 20.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por sessenta unidades geradoras de 1.000 kW. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 27 de março de 2020, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da SOL Serra do Mel I, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 130, de 27 de março de 2020.

A Companhia entrou em operação comercial em 2022 onde passou a vender no Ambiente Livre com contratos de longo e médio prazo e a partir de janeiro de 2025 teremos a venda também da energia através do Ambiente Regulado com Contratos de Comercialização de Energia Regulados, foram celebrados entre a SOL Serra do Mel I SPE S.A. com as 9 distribuidoras firmadas no leilão, em 18 de outubro de 2019.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 36.006 (R\$ 24.652 em 31 de dezembro de 2024). Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para a sua acionista, a fim de que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de junho de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional

2.1.1 (a) Receita operacional de energia, líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - ACL	64.247	67.096
Ressarcimentos	-	3.258
Receita bruta de fornecimento - CCEE	43	-
Receita bruta de fornecimento - partes relacionadas	346	-
Tributos sobre receita	(3.101)	(2.449)
Total de receita operacional, líquida	61.535	67.905

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Encargos setoriais	(9.102)	-	(8.729)	-
Energia comprada para revenda	(7.987)	-	(13.931)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(5.366)	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	(8)	-	(23)	-
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	(7.781)	-	(7.212)	-
Aluguéis	(241)	-	(339)	-
Material elétrico	-	-	(54)	-
Depreciações e amortizações	(21.918)	-	(21.940)	-
Depreciações e amortizações - arrendamento	(279)	-	(294)	-
Seguros	(1.047)	-	(1.299)	-
Despesas administrativas gerais	-	(1.440)	-	(1.090)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1.007)	-	-
Serviços de terceiros	-	(1.383)	-	(2.035)
	(53.729)	(3.830)	(53.821)	(3.125)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	422	1.707
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.160	1.299
Variação cambial ativa	31	-
Juros de contas a receber	2	12
Total	2.615	3.018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(15.571)	(16.841)
Custo da transação	(151)	1.996
Juros arrendamento	(146)	(166)
Ajuste a valor presente	(12)	(10)
Variação cambial passiva	-	(118)
IOF	(59)	(16)
Juros e multas	(538)	(5)
Outras despesas financeiras	(5.070)	(2.955)
Total	(21.547)	(18.115)
Total de resultado financeiro	(18.932)	(15.097)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Vendas	64.636	70.354
Presunção imposto de renda - 8% (a)	5.171	5.368
Presunção contribuição social - 12% (b)	7.756	8.052
Demais receitas e ganhos de capital (c)	2.615	6.276
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	7.786	11.644
Imposto de renda: 15%	1.168	1.746
Adicional de Imposto de Renda: 10%	755	1.140
Total IRPJ	1.923	2.886
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	10.371	14.328
Contribuição social: 9%	933	1.289
Total de CSLL	933	1.289
Total IRPJ e CSLL	2.856	4.175

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	2.794	13.931
Contas a receber de clientes	6.994	6.860
Títulos e valores mobiliários	18.026	15.580
Total de ativos financeiros	27.814	36.371
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(24.886)	(25.909)
Empréstimos e financiamentos	(255.559)	(268.364)
Passivo de arrendamento	(1.951)	(2.423)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(1.943)	(1.719)
Total de passivos financeiros	(284.339)	(298.415)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(256.525)	(262.044)

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	6	8
Aplicações financeiras	2.788	13.923
	2.794	13.931

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 81,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (77,5% em 2024), já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,57% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (91,5% em 2024).

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que ele possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento dever-se-ia ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e ele é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - Empréstimo BNB	12.746	13.651
Serviços de manutenção - O&M	660	590
Centralizadora	4.563	471
Trianon (i)	57	868
	18.026	15.580

(i) Conta obrigatória para agentes da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) utilizada para aporte de garantias financeiras e liquidações do Mercado de Curto Prazo (MCP) de Energia de Reserva (ER).

2.2.4 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	6.994	954
Contratos bilaterais - Ambiente de contratação livre	-	5.906
	6.994	6.860

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo é composto do montante a receber referente à receita de geração de energia durante o exercício e nessas datas não havia títulos vencidos.

2.2.5 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Construção - Serviços	734	734
Construção - Equipamentos	13.908	13.881
Compra de energia	2.012	1.907
Operação e manutenção	228	142
Materiais e serviços	7.288	8.492
Encargos setoriais	715	753
Total	24.886	25.909

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 Empréstimos e financiamentos

2.2.6 (a) Composição de saldo

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNB	IPCA + 1,5299% a.a.	Real	19/04/2022 - 15/12/2040	262.567	275.518
Custo de Transação				(7.008)	(7.154)
				255.559	268.364
Total circulante				17.037	16.773
Total não circulante				238.522	251.591

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia assinou o contrato de financiamento nº 35.2020.2151.27665 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R\$ 284.808.000,00, a ser provido com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com vencimento final em dezembro de 2040. Em abril de 2022, foi liberado o desembolso da linha de crédito no valor de R\$ 242.086.800,00.

O referido contrato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread 1,5299% a.a. (IPCA + 1,3004%, considerando o bônus de adimplência).

Os encargos acumulados durante o período de carência serão pagos proporcionalmente às parcelas vincendas de principal, juntamente com os encargos do período e a amortização, sendo exigíveis mensalmente a partir de janeiro de 2023.

A movimentação do financiamento nos exercícios de 2025 e 2024 ocorreu conforme demonstrado abaixo:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	282.145
Juros - resultado	16.841
Custo da transação - pagamento	676
Custo da transação - resultado	(1.996)
Pagamento - juros	(17.130)
Pagamento - principal	(12.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	268.364
Juros - resultado	15.571
Custo da transação - pagamento	-
Custo da transação - resultado	151
Pagamento - juros	(16.276)
Pagamento - principal	(12.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	255.559

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 (b) Cláusulas restritivas

Conforme o contrato de financiamento celebrado junto ao BNB e o contrato de prestação de garantia celebrado junto aos Bancos Fiadores do contrato de financiamento, a companhia possui restrição em relação:

- Distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (não permitido em caso de ICSD < 1,2x)
- Alienação de controle societário;
- Endividamentos adicionais;
- Alienação de ativos.

Para 31 de dezembro de 2025 e 2024, o índice de cobertura da dívida calculado foi de 0,82 e 0,90, respectivamente:

	2025	2024
Ajustes no EBITDA		
Prejuízo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro	(17.812)	(8.313)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.856	4.175
(+/-) Resultado financeiro	18.932	15.097
(+) Depreciação e amortização	22.197	22.234
EBITDA ajustado	26.173	33.193
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social apuradas no exercício, líquidos de diferimento	(2.856)	(4.166)
(A) Geração de caixa da atividade, ajustada	23.317	29.027
(B) Serviço da dívida consolidado da afiançada no ano de referência		
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal realizado no ano de referência	12.251	12.172
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros no ano de referência	16.276	17.130
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Comissões de Fiança Bancária	-	2.996
	28.527	32.298
Índice de cobertura do serviço de dívida (A) / (B)	0,82	0,90

2.2.6 (c) Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- Cessão fiduciária em conta reserva de O&M;
- Cessão fiduciária de conta reserva de serviço da dívida (fundo de liquidez), correspondente ao equivalente a 4,32% do valor efetivamente desembolsado;
- Cartas de Fiança Bancária em favor do BNB, em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor financiado.

São garantias do contrato dos Fiadores:

- contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios;
- contrato de alienação fiduciária de ações;
- contrato de alienação fiduciária de equipamentos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.7 Passivo de arrendamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a aplicação do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em referência às operações de arrendamento fundiários onde está localizado o parque eólico, tendo a Companhia adotado a abordagem retrospectiva simplificada (detalhes adicionais na Nota 5.11).

Para os arrendatários, o IFRS 16/ CPC06(R2) é baseado em um modelo singular que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, sendo tanto os arrendamentos operacionais como os financeiros reconhecidos no balanço patrimonial mediante o registro de um ativo (correspondente ao direito de uso de um determinado ativo por um período de tempo) e um passivo (correspondente à obrigação de pagar pelo arrendamento do ativo).

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem prazo de 20 anos, com vencimentos entre março de 2040 a outubro de 2040, com taxa de desconto praticada de 6,40%.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na Nota 2.3.1.

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	259	-	-	-	(97)	162
Passivo Não Circulante	2.164	146	(410)	(208)	97	1.789
Total no Passivo	2.423	146	(410)	(208)	-	1.951
Arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	85	-	-	-	174	259
Passivo Não Circulante	2.059	166	(166)	279	(174)	2.164
Total no Passivo	2.144	166	(166)	279	-	2.423

2.3 Ativos e passivos não-financeiros
2.3.1 Imobilizado

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	650.908	580.301	643.276	593.732
Linha de transmissão e subestação	11.633	10.200	19.375	17.825
Total do imobilizado em operação	662.541	590.501	662.651	611.557
Bens em operação				
Máquinas e equipamentos	168	167	-	-
Equipamentos de informática	30	13	30	18
Veículos	690	414	690	552
Móveis e utensílios	3	3	-	-
Terreno - Direito de uso	2.307	1.838	2.515	2.325
Total dos bens em operação	3.030	2.268	3.235	2.895
Total do imobilizado	665.571	592.769	665.886	614.452

2.3.1 (a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	593.732	7.632	(21.063)	580.301
Linha de transmissão e subestação	17.825	(7.742)	117	10.200
Total do imobilizado em operação	611.557	(110)	(20.946)	590.501
Bens em operação				
Máquinas e equipamentos	-	168	(1)	167
Equipamentos de informática	18	-	(5)	13
Veículos	552	-	(138)	414
Móveis e utensílios	-	3	-	3
Terreno - Direito de uso	2.325	(208)	(279)	1.838
Total dos bens em operação	2.895	(205)	(422)	2.268
Total do imobilizado	614.452	(315)	(21.368)	592.769

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1 (b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições ¹	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	603.431	11.493	(21.192)	593.732
Linha de transmissão e subestação	17.825	-	-	17.825
Total do imobilizado em operação	621.256	11.493	(21.192)	611.557
Bens em operação				
Equipamentos de informática	24	-	(5)	18
Veículos	690	-	(138)	552
Terreno - Direito de uso	2.107	218	-	2.325
Total dos bens em operação	2.821	279	(143)	2.895
Total do imobilizado	624.077	11.772	(21.335)	614.452

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia solar antes do início da construção.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	10.720	9.827	10.720	10.221
Software	878	(88)	878	68
Total do intangível em operação	11.598	9.739	11.598	10.289
Total do intangível	11.598	9.739	11.598	10.289

2.3.2 (a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	10.221	(394)	9.827
Software	68	(156)	(88)
Total do intangível em operação	10.289	(550)	9.739
Total do intangível	10.289	(550)	9.739

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 (b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	10.221	-	10.221
Software	673	(605)	68
Total do intangível em operação	10.894	(605)	10.289
Total do intangível	10.894	(605)	10.289

2.4 Patrimônio líquido

2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 376.445 (R\$ 376.445 em 31 de dezembro de 2024), subscrito e integralizado conforme descrito abaixo:

	Quantidade de ações	%	Valor	%
Solar Serra do Mel A S.A.	376.445.485	100%	376.445	100%

2.4.2 Destinação do resultado

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

O resultado do exercício de 2025 e de 2024 e sua destinação estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(17.812)	(8.313)
Absorção do prejuízo de exercícios anteriores	-	(6.343)
Prejuízo líquido ajustado	(17.812)	(14.656)
Destinação do Prejuízo:	(17.812)	(14.656)
Absorção de prejuízos	-	-
Prejuízo acumulado	(17.812)	(14.656)

2.4.3 Prejuízo por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(17.812)	(8.313)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	376.445	376.445
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(0,05)	(0,02)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	24.886	-	-	-	24.886
Empréstimos e financiamentos	17.037	34.074	102.222	102.226	255.559
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.943	-	-	-	1.943
Arrendamentos	162	324	972	493	1.951
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	25.909	-	-	-	25.909
Empréstimos e financiamentos	16.773	16.773	50.319	184.499	268.364
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.719	-	-	-	1.719
Arrendamentos	259	259	777	1.128	2.423

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para essas causas com expectativa de perda considerada provável, que em 31 de dezembro de 2025 eram no montante de R\$ 104 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia figura no polo passivo de ações judiciais de natureza cível e trabalhista classificadas com probabilidade de perda possível, relacionadas, principalmente, a questões decorrentes da implantação, operação e manutenção de parques eólicos, bem como a alegações de responsabilidade subsidiária em demandas envolvendo prestadores de serviços terceirizados.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Tais contingências envolvem, em síntese: (i) alegações de ruídos, vibrações e impactos estruturais em imóveis vizinhos aos empreendimentos; (ii) pedidos de indenização por danos morais e materiais; (iii) discussões sobre supostos impactos socioambientais; (iv) Ação Civil Pública envolvendo alegações de impactos ambientais e pedidos de readequação de empreendimentos; e (v) reclamações trabalhistas envolvendo, principalmente, pedidos relacionados a verbas rescisórias, FGTS, multas legais e demais obrigações trabalhistas atribuídas subsidiariamente à Companhia.

Os processos encontram-se, em sua maioria, em fase de conhecimento ou recursal, incluindo demandas em instrução probatória, com realização ou determinação de perícias técnicas judiciais, bem como reclamações trabalhistas com recursos pendentes de apreciação. Não há, até a data-base, elementos que caracterizem obrigação presente provável que demande constituição de provisão.

As ações cíveis individuais possuem, em geral, valores pleiteados entre R\$ 200 mil e R\$ 350 mil por autor, com valores atualizados por processo variando aproximadamente entre R\$ 229 mil e R\$ 400 mil. No caso da Ação Civil Pública, há pedidos de maior materialidade econômica, incluindo indenização por danos morais coletivos ambientais no montante aproximado de R\$ 106,4 milhões, além de obrigações de fazer relacionadas à readequação de empreendimentos e pleitos individuais homogêneos associados. As reclamações trabalhistas classificadas como perda possível totalizam aproximadamente R\$ 200 mil, considerando os valores atualizados atribuídos aos processos em andamento.

A Administração, com base nas informações disponíveis, entende que as demandas envolvem incertezas relevantes quanto ao desfecho, incluindo dependência de prova técnica especializada, matérias ainda sujeitas a apreciação judicial e recursos pendentes, não sendo possível, neste momento, concluir pela existência de obrigação presente provável ou mensurável com suficiente confiabilidade.

4.2 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Valtalia, como segue:

4.2.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025			
	Passivo - contas a pagar	Resultado - Receita Venda de Energia	Resultado - compra de energia	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
Circulante				
Valtalia Energia do Brasil Ltda	187	-	-	(3.191)
EOL Potiguar B33 SPE S.A (Vila Guanabara III)	-	346	-	-
Valtalia Serviços do Brasil Ltda	930	-	-	(4.589)
Valtalia do Brasil Comerc Energia Ltda.	155	-	(5.366)	-
Valtalia S.A.	671	-	-	-
Total circulante	1.943	346	(5.366)	(7.781)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.2.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024	
	Passivo - contas a pagar	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
Circulante		
Votalia Energia do Brasil Ltda	311	(3.067)
Votalia Serviços do Brasil Ltda	707	(4.145)
Votalia S.A.	701	-
Total circulante	1.719	(7.212)

4.3 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem dos painéis solares.

Tipo	Seguradora	Importância Segurada	Início da Vigência	Término da Vigência
Riscos Operacionais	Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	907.214	26/11/2024	25/05/2028
Responsabilidade Civil Geral	Tokio Marine Seguradora S.A.	22	29/11/2024	29/11/2028

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação do risco e das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

5 Políticas contábeis materiais adotadas

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Painéis solares - 30 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

5.3 Intangível

5.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

5.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

5.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

5.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

5.7 Tributação**5.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("Cofins"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

5.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025****Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

5.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% e 6,40% ao ano, respectivamente. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Editais de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com

